

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PROATER 2011 - 2013

IÚNA



dihbob.blogspot.com/2008_09_22_archive.html

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES – (2011)

Equipe Responsável pela elaboração

Onofre Oliveira de Almeida Rodrigues

Cirlene Vimercate Fernandes

Cláudio Deps Almeida

Contribuições na elaboração do diagnóstico e planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE INTERIOR E TRANSPORTE

CONSÓRCIO DO CAPARAÓ

SEAG

SAFARI

SEBRAE

SENAR

COOCAFE

COOPARAISO

TERRITÓRIO DO CAPARAÓ

Equipe de apoio na elaboração

José Gilberto Vial (MDR Caparaó)

Gilson Tófano (CRDR Caparaó)

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (Área de Operações Ater)

Gardênia Marsalha de Araújo (Área de Operações Ater)

Sabrina Souza de Paula (Área de Operações Ater)

Thyerri Santos Silva(CPD)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater que serão desenvolvidas junto aos agricultores familiares. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamento participativos, com a qual agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente na sua concepção.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

Este documento está dividido em duas partes: a primeira, o diagnóstico, apresenta informações acerca da realidade do município (aspectos demográficos, naturais/ambientais, sociais e econômicos), os principais desafios e as potencialidades. A segunda, o planejamento, encerra a programação de ações para o ano de 2011.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1. Localização do Município

Situado no Bioma da Mata Atlântica, Mesorregião Sul, na região do Caparaó, com uma área de 460 Km², o Município de Iúna está localizado nas montanhas do Espírito Santo, é componente do território do Caparaó, com sua sede geograficamente situada nas coordenadas: Latitude de 20° 20' 40" S e Longitude de 41° 32'06" W.

Limita-se ao norte com os municípios de Irupi, Ibatiba e o Estado de Minas Gerais; ao sul com os municípios de Ibitirama e Muniz Freire; a leste com Muniz Freire e a oeste com o Estado de Minas Gerais. Dista-se 184 km de Vitória (capital).

1.2. Aspectos históricos, populacional e fundiários

1.2.1 – Histórico da colonização, etnia, costumes e tradições

A colonização das terras capixabas processou-se de forma lenta e gradual, fundada numa estratégia de que o território servisse como uma barreira protetora das zonas de mineração das “Minas Gerais”.

Essas barreiras naturais, por questões estratégicas, fizeram com que a ocupação das terras desse território, durante mais de 3 (três) séculos, ficasse limitado a cerca de 40 quilômetros ao interior da região costeira Sul do Estado, especificamente no vale do rio Itapemirim, com o cultivo da cana-de-açúcar, criando uma política econômica solidificada pela sesmaria e o engenho.

No Século XIX, os colonizadores portugueses introduziram a criação de bovinos, o que levou a um novo domínio territorial – expansão da fronteira. Essa atividade, além de fornecedora de animais para os trabalhos relacionados aos engenhos, supria de carne para alimentação dos trabalhadores. Essa atividade foi expandindo-se, ocupando grandes extensões de terra que, ao afastar-se cada vez mais para o interior, fugiu do controle e da fiscalização do grande proprietário.

Aliada a crise na exportação do açúcar, em 1850, houve, então, a necessidade de introduzirem-se novas atividades agrícolas com intuito de diversificar a economia. Isso permitiu, por outro lado, que as pessoas de menores posses tivessem acesso a terra, surgindo, assim, a figura do arrendatário.

Nesse período as pequenas unidades de produção se expandiram, surgindo a cultura do café como atividade principal propulsora da economia territorial. A cafeicultura assentou-se, predominantemente, nas médias e pequenas propriedades, constituindo-se numa força desagregadora dos privilégios absolutos sobre a posse da terra, em oposição ao engenho.

No final do Século XIX e início do XX, houve plena expansão da lavoura cafeeira, incentivada pelo Governo que estimulou uma política de cessão de terras aos imigrantes europeus, iniciando um processo de estruturação fundiária no Estado. Ressalta-se que as terras cedidas foram aquelas que o grande proprietário não tinha interesse, as terras de relevo acidentado, de difícil acesso, longe do mercado e em geral de baixa fertilidade.

A colonização do território do município de Lúna, se iniciou no período compreendido entre 1865 a 1870, quando diversas famílias de origem portuguesa, remanescentes da Guerra do Paraguai, se instalaram na então Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo.

Essas famílias receberam, de sua Majestade Imperial D. Pedro II, Sesmarias no “Sertão do Norte”, como era conhecida a extensa região que compunha o Distrito do Rio Pardo, abrangendo os territórios que hoje correspondem aos Municípios de Castelo, Conceição de Castelo, Venda Nova do Imigrante, Muniz Freire, Ibatiba, Irupi, no Espírito Santo, e Lajinha, Chalé, Ipanema, Conceição de Ipanema e Mutum, em Minas Gerais.

O isolamento natural dessa região de montanha ocorreu pela dificuldade de se construir as vias de acesso, dada a conformação do relevo de suas terras, o que contribuiu para a estagnação da fronteira agrícola.

Em 1859 o arraial foi elevado a distrito, com o nome de Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo. No período compreendido entre 1865 e 1870 chegaram diversas famílias de origem portuguesa. Em 1872 chegaram os primeiros italianos. Também no final do XIX e início do XX, famílias de outras nacionalidades (francesa, alemã, suíça) fixaram-se na vila. A partir da década de 20, famílias libanesas chegaram ao distrito.

Em 1890 criou-se o Município da Villa do Rio Pardo e em 1943 o município passou a se chamar Lúna (rio de águas turvas).

Até a década de 20, essa região do território do Caparaó permaneceu isolada do resto do Estado, ainda com parte de suas florestas nativas intactas. Com a abertura das estradas e caminhos na região, iniciou-se, de fato, o desmatamento de novas áreas, dando lugar às lavouras de café e pastagens, introduzindo-se a pecuária leiteira.

Porém, o maior impulso econômico deveu-se à abertura e construção da BR-262, no final dos anos 60 (Vitória – Belo Horizonte), incluído, também, as rodovias estaduais que passaram no território. A abertura e a construção dessas rodovias, além das estradas e caminhos, sem critérios ambientais, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, induziram o processo de degradação do sistema natural nesse território, além de alterar, de forma marcante, o fluxo das águas das bacias e sub-bacias hidrográficas por onde elas transpassavam.

Pela carência de informações e a falta de tecnologias adequadas para o manejo dos solos nessa região acidentada, contribuíram ainda mais para a degradação ambiental de toda a região.

1.2.2– Distritos e principais comunidades

Recentemente, com o desmembramento de dois distritos a formação administrativa do Município passou a ser constituído de 5 (cinco) distritos, com suas comunidades. Ressalta-se que nessa representação dos distritos, o distrito de Perdição é atualmente denominado de Nossa Senhora das Graças (homenagem à padroeira local).

Distritos	Comunidades
Trindade	Alto Trindade, Uberaba
Nossa Senhora das Graças (Perdição)	São Jorge , Morro redondo, Socorro, Ponte Alta, Terra Corrida
Sede	Rio Claro, São Jose 3 Pontes
São João Príncipe	Rio Claro, São Jose 3 Pontes
Pequiá	Santa Clara, Pouso Alto, Pilões, Boa Sorte, Laranja da Terra, Tinguaciba, Córrego do Fama.



Figura 1 – Mapa do município/ distritos

1.2.3 – Aspectos populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Iúna ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 37º lugar (0,73), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Tabela 1 – Aspectos Demográficos

SITUAÇÃO DO DOMÍLIO/ SEXO	2010
Urbana	15620
Homens	7472
Mulheres	8148
Rural	11708
Homens	6168
Mulheres	5540

[Http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=p](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=p), em 12 de maio de 2001.

1.2.4 – Aspectos fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais)¹.

Em Lúna o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

A estrutura fundiária de Lúna retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes no Município

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	ATRAFI – Associação dos Trabalhadores de Agricultores Familiares de Lúna	Banco da terra	20
2	Associação dos Agricultores Familiares Bela Vista	Cred. Fundiário	09
3	Associação dos Agricultores Familiares Ponte Alta	Cred. Fundiário	05
4	Associação de Jovens da Primeira Terra Caparaó	Cred. Fundiário	10
5	Associação dos Agricultores Familiares Bonsucesso	Cred. Fundiário	15
6	Associação dos Agricultores Familiares Poço Fundo	Cred. Fundiário	14
7	Associação dos Agricultores Familiares Caeté	Créd. Fundiário	05
8	Associação dos Agricultores Familiares dos Irmãos e Primos	CAF	03
9	Associação dos Agricultores Familiares Três Irmãos	CAF	03
10	Associação dos Agricultores Familiares Stuquim	CAF	04

Fonte: INCAPER/ELDR de Lúna, 2010.

¹ Legislação: Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003).

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

MUNICÍPIO	MINIFÚNDIO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Íluna	1.852	520	81	5	2.458

Fonte: Incra, dados de janeiro de 2011.

1.3 Aspectos Edafoclimáticos e ambientais

Os altos graus de diversidade ambientais no Estado do Espírito Santo são marcados pelos contrastes apresentados pelas diferenciações entre o clima, as paisagens, os solos e as espécies de plantas e animais em um espaço relativamente pequeno, representando aproximadamente 0,5 % da área do território brasileiro.

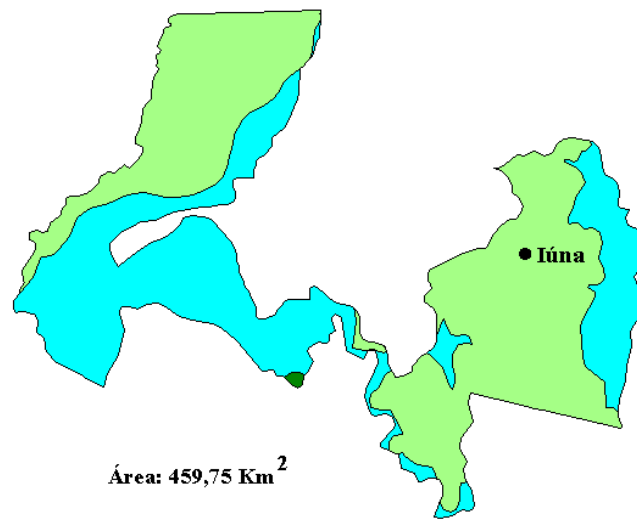
Há grande variação de altitudes em poucas dezenas de quilômetros, como, por exemplo, a que acontece na Região Sul: começa nas montanhas do Caparaó, de paisagem predominantemente acidentada, passando por paisagens formadas nos platôs litorâneos (terciário ou tabuleiros), onde predominam ondulações suaves, até chegar às falésias, junto ao mar.




Para quem chega nesse Estado por ar, por água ou por terra, saltam aos olhos os contrastes relevos. As regiões montanhosas, os tabuleiros terciários e as planícies litorâneas constituem suas principais macroformas (ATLAS, 2008).

A expressão fisionômica dessas diversidades é representada sinteticamente em forma gráfica, utilizando-se de critérios com indicadores paramétricos e não paramétricos, denominada de “Mapa das Unidades Naturais do Estado do Espírito Santo” (FEITOZA et al., 1999).

Desse modo, as informações municipais espacializadas em compartimentos ecologicamente mais homogêneos, representados por Zonas Naturais, permitem o detalhamento e o conhecimento da diversidade de ambientes do território.




Figura 2 – Zonas naturais do município de Iúna



ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 1	 Terras frias, acidentadas e chuvosas	42,30
Zona 2	 Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	0,20
Zona 3	 Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	57,50

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N., 1998) por SEPLAN/EMCAPER.

Algumas características das zonas naturais¹ do município de Iúna

ZONAS	Temperatura		Relevo	Nº meses secos ²	Água											
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)			Declividade	Meses secos, chuvosos/secos e secos ³										
			J			F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 1: Terras Frias, Acidentadas e Chuvosas 	7,3 - 9,4	25,3 - 27,8	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 2: Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas 	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca 	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U

¹ Fonte: Mapa de Unidades Naturais(EMCAPA/NEPUT, 1999);

² Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco.

³ U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

1.4 Organização Social

O associativismo e o cooperativismo são pontos fortes que devem ser potencializados no município, haja vista que a organização social é uma das formas para o fortalecimento da agricultura. Neste aspecto, as associações existentes no município de Lúna e no município de Irupi, agruparam-se em torno de uma federação – FACI (Federação das Associações Comunitárias dos Agricultores Familiares Rurais de Lúna e Irupi). A FACI está situada na Sede do Município de Lúna e congrega 20 associações filiadas nesse município e 12 em Irupi, envolve diretamente 900 famílias rurais e tem como objetivo a comercialização do café para o mercado solidário.

As associações filiadas a FACI, em Lúna, estão relacionadas a seguir:

- Associação de Pequiá
- Associação de Santa Clara de São Sebastião
- Associação de Boa Sorte Santa Clara
- Associação de Boa Sorte Morro Redondo
- Associação de Barra da Boa Sorte
- Associação de Terra Corrida
- Associação de Barro Branco
- Associação de Fazenda Alegria
- Associação de Vila Nossa Senhora das Graças
- Associação de Trindade
- Associação de Alto Trindade
- Associação de Pouso Alto
- Associação de Vargem Alegre
- Associação da Figueira
- Associação do Bonsucesso
- Associação do Rio Pardinho
- Associação dos Cafeicultores Orgânicos de Lúna e Região do Caparaó (Abrange a todos os Municípios)
- Associação Comunitária do Córrego do Laje
- Associação Comunitária de Ponte Alta
- Associação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Lúna (ATRAFI).

Além dessas associações que incidem diretamente na organização da produção, existe outra organização não governamental que atua regionalmente, denominada Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região do Caparaó, atuando no lado capixaba do Parque Nacional.

Essa organização foi criada a partir de um fórum constituído em 1995, formado por Organizações Não Governamentais (ONG's) e pelas prefeituras dos municípios capixabas componentes dessa Microrregião do Caparaó. Dada pela sua importância, atualmente o Consórcio constitui-se no marco referencial do desenvolvimento sustentável da região do Caparaó, em que as ações, desde sua elaboração a execução, são construídas utilizando-se metodologias participativas, destacadamente focadas na integração, cooperação e parceria entre os diversos atores.

Mais recentemente foi instituído o Território do Caparaó com articulação ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável em 06 de agosto de 2003 e é constituído por 10 municípios: Alegre, Divino de São Lourenço, Dorres do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna, Muniz Freire e São José do Calçado. O município de Jerônimo Monteiro foi recentemente incorporado a este território.

Tabela 4 – Associações de agricultores familiares no município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Conselho Comunitário de Pequia	Pequia	31	Qualificação profissional.
2	Associação Comunitária do Rio Claro	Rio Claro	25	Qualificação profissional
3	Associação Comunitária de Stª Clara de São Sebastião	Santa Clara	40	Festa da Laranja Qualificação profissional.
4	Associação Comunitária de Boa Sorte (Santa Clara)	Boa Sorte	20	-
5	Associação Comunitária de São Jorge (Morro Redondo)	Morro Redondo	25	-
6	Associação Comunitária de Terra Corrida	Terra Corrida	22	Qualificação profissional
7	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lúna	Centro - Lúna	10.000	Grito da Terra Brasil Grito da Terra Estadual Qualificação profissional Marcha Margarida Encontro Municipal das Mulheres
8	FACI e COOFACI.	Sede – Lúna	18 Associações	Qualificação profissional Venda de Café ao Mercado Justo Gerenciando Organizações de produtores rurais das Associações.Comercializações de produtos orgânicos e semi-orgânicos.Grupo de Vendas e de Compras.
9	Associação dos Feirantes de Lúna.	Sede – Lúna	45	Organização e realização da feira todo sábado de madrugada
10	Associação Comunitária de Nossa Senhora das Graças.	Nossa Senhora das Graças	32	-
11	Associação Comunitária de Trindade	S. S. Trindade	25	-
12	Associação Comunitária de Rio Pardinho	Rio Pardinho	20	Festa Comunitária .
13	Associação Comunitária de Bonsucesso	Bonsucesso	20	-
14	Associação Comunitária da Figueira	Figueira	20	-

Fonte: INCAPER/ELDR de Lúna, 2010.

Tabela 5 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	ENTIDADE	REPRESENTANTE
1	Secretaria Municipal de Agricultura	EFETIVO: Gumercindo Gonçalves Vinand SUPLENTE: Paulo Sérgio Prudente
2	Secretaria Municipal de Administração	SECRETARIO: Eliel Nunes VICE-SECRETARIO: Leandro Nunes de Oliveira
3	Incaper	EFETIVO: Onofre O. A. Rodrigues SUPLENTE: Cláudio de Almeida
4	Associação de Crédito Fundiário – Bela Vista	EFETIVO: Valtair José Ramos SUPLENTE: José Cousaquevitti
5	Sindicato dos Trab Rurais de Lúna e Irupi	EFETIVO: Elizete Almeida de Abreu SUPLENTE: João Francisco Rodrigues dos Santos
6	Setor Pequia	EFETIVO: Ivana Vieira Fonseca SUPLENTE:
7	Secretário de Gestão	EFETIVO: Adalton Gomes Faria SUPLENTE
8	Setor Barro Branco	EFETIVO: Leandro Nunes de Oliveira SUPLENTE:
9	Presidente da FACL	EFETIVO: Paulo Marcio Reis Fernandes SUPLENTE:
10	Secretario da Educação	EFETIVO: Gildo Silveira SUPLENTE:
11	IDAF – Chefe do IDAF	EFETIVO: Gilson Pinel de Mendonça SUPLENTE: Robson Amorim
12	Câmara	EFETIVO: Leotemiro Argemiro de Souza SUPLENTE;
13	CACIL	EFETIVO: João Luiz Casati. SUPLENTE:
14	Secretaria de Interior e Transporte	EFETIVO: Paulo Henrique Amorim SUPLENTE:
15	Setor SS. Trindade	EFETIVO: Valtair José Ramos SUPLENTE:
16	Setor São João do Príncipe	EFETIVO: Amós José Horsth SUPLENTE:

Fonte: INCAPER/ELDR de Lúna, 2010.

1.5 Aspectos Econômicos

O setor agrícola contribui, isoladamente, com 29,4 % do PIB do Município, mas, essa contribuição torna-se mais significativa pelos reflexos diretos nos outros setores da economia municipal, quando se observa que existe uma rede de relações e interações sociais e comerciais que a cadeia dos produtos da agropecuária representa para o município.

Nos municípios onde há predominância das atividades da agropecuária, todo o comércio e os serviços são dependentes do progresso dessas atividades. Do mesmo modo, o setor industrial, mesmo incipiente, tende, em geral, direcionar estrategicamente suas atividades para àquelas derivadas ou que possuem estreita relação com o setor agrícola.

A economia tem uma forte base agrícola. O café é a principal atividade do município e ocupa uma área de mais de 14.000 ha, seguido pela área com as pastagens, silvicultura, macega e fruticultura.

Existem ainda mais de 3.000,0 ha de culturas alimentares e tradicionais (feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar), cultivadas em terrenos destinados ao cultivo de café. Além disso, o município possui cerca de 30% de remanescentes da Mata Atlântica, fragmentadas em todas as Comunidades, que exercem um papel ecológico importante pelas condições de interceptação de precipitações, retenções e infiltração, escoamento superficial e subsuperficial, evaporação e transpiração.

Tabela 6– Principais Atividades Econômicas

ATIVIDADES	% NO PIB MUNICIPAL/2008
Agropecuária	29,4
Indústria	8,12
Comércio e Serviços	62,48

Fonte: http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258

Tabela 7 – Principais atividades agrícolas (Área, Produção, Produtividade e valor total das principais atividades agropecuárias do município)

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (T)
Arroz	2	2	6	0	-
Banana	30	28	420	15000	420
Café	17020	15930	14336	8999	143354
Cana	30	30	1500	50000	1500
Feijão safra 1	200	200	120	0	-
Feijão safra 2	800	800	576	7200	5760
Laranja	31	31	310	10000	310
Mandioca	25	25	263	10520	263
Manga	6	6	126	21000	126
Milho safra 1	2000	2000	6060	3030	6060
Palmito	8	3	9	3000	9
Tangerina	14	14	252	18000	252
Tomate	3	3	162	0	-

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espírito Santo (Agosto/2010).

Tabela 8 – Atividade Pecuária

Município	Tipo de Rebanho	2008	2009
Lúna	Bovino	10074	9488
	Suíno	2910	2910
	Caprino	310	310
	Ovino	350	350
	Galos, Frangas, Frangos, Pintos	12360	12360
	Galinhas	5500	5500
	Codornas	140	140

Variável: Valor da Produção (Mil reais)

Município	Tipo de Produto	2008	2009
Lúna	Leite	1696	1224
	Ovos de Galinha	67	73
	Ovos de Codorna	1	1
	Mel de Abelha	11	12

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp> e <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=1&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1>, em 2011

Tabela 9 – Aquicultura e Pesca

TILÁPIA	(X)	Área utilizada em ha	1
OUTROS PEIXES	()	Produção em Tonelada	12
QUAIS? – carpas; pacu; tambaqui; tambacú.		Produtor N°	2
ALEVINOS			
TILÁPIA	()	Área utilizada em ha	-
OUTROS PEIXES	()	Produção em Tonelada	-
QUAIS? -		Produtor N°	-

Fonte: INCAPER/ELDR de Iúna, 2010.

Tabela 10 – Principais atividades Rurais Não Agrícolas

N°	ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1	Agroindústria	5
2	Artesanato	10
3	Agroturismo	1

Fonte: INCAPER/ELDR de Iúna, 2010.

1.6 Aspectos Turísticos (Fonte: <http://www.anoticiadocaparao.com.br>)

Abaixo os principais pontos turísticos de Iúna, composto de elementos da história do município destacados por indicação feita através de pesquisa na internet, no comércio e nas escolas. Os pontos destacados são formados por reservas naturais, sítios históricos, prédios antigos e novos com destaque arquitetônico.

Água Santa

Situada a três quilômetros do centro da cidade, o começo de sua história se dá com a chegada do frei Benedito di Genova, um frade capuchinho que já velho morreu sob uma pedra ali existente, que com o tempo tomou a fama de Pedra dos Milagres – ou Pedra dos Pecados, pois dizem que só quem não tem pecados consegue passar por uma fresta bem estreita entre a pedra e a rocha de onde brota a Água Santa.

Cachoeiras

São centenas de piscinas naturais de águas cristalinas ao longo dos rios propiciando lazer a milhares de turistas capixabas e de outros estados. Nas comunidades de Rio Claro, São João do Príncipe e Santa Clara, estão localizados ótimos pontos de visita pela beleza e também pela organização, algumas delas já preparadas para receber os visitantes com estrutura de restaurante, pousada, camping e local de banho muito aconchegante.

Café

A maior riqueza de Lúna é o café. O município foi durante muitos anos o primeiro do estado na produção do café arábica, cultivado desde a época da escravidão. Além de ser o maior gerador de emprego e renda é também uma vocação cultural do nosso povo. A beleza das floradas e da vegetação, o hábito de tomar um cafezinho para brindar uma visita ou marcar um encontro transforma o café numa cultura maravilhosa de Lúna.

Fazenda Imperial

Situada no Córrego Barro Branco a cinco quilômetros de da sede do município de Lúna, ganhou esse nome pelas lindas e centenárias palmeiras imperiais cultivadas na chegada da casa. O imóvel foi construído há 52 anos por José Lima Monteiro, quando ainda eram proprietários, João Ferreira de Almeida e Flausina Lima de Jesus. Durante os anos anteriores, ela se destacava pela produção de fumo, rapadura, queijo, cebola entre outros. Com a morte dos ancestrais, a propriedade foi adquirida pela empresária Marineide, ex-nora que promoveu reformas, mantendo as características da obra, porém acrescentando açudes, áreas de festa e de MotoCross.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

2.1 Metodologia de elaboração do Proater

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista dialógica, participativa e emancipadora. Desta forma, agricultores participaram ativamente de todos os processos, discutindo e refletindo sobre sua realidade de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa buscam, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelas famílias, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os agricultores familiares estão baseadas em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

A tabela 11 indica o cronograma de encontros realizados no município.

Tabela 11 – Cronograma de encontros para elaboração do Proater

Nº	COMUNIDADE/LOCAL	PÚBLICO	DATA	Nº PARTICIPANTES
1	Rio Claro	Agricultores Familiares	26/10/2010	12
2	SS. Trindade	Agricultores Familiares	29/10/2010	05
3	Bonsucesso	Agricultores Familiares	29/10/2010	03
4	Várzea Alegre	Agricultores Familiares	29/10/2010	03
5	Barro Branco	Agricultores Familiares	29/10/2010	02
6	Figueira	Agricultores Familiares	29/10/2010	02
7	Sede	SAFARI	29/10/2010	08
8	Sede	SEMAM	29/10/2010	04
9	Sede	CMDR's	12/11/2010	10

Fonte: INCAPER/ELDR Iúna, 2010.

2.2 Diagnóstico municipal de problemas e potencialidades

O diagnóstico apresentado abaixo foi definido de forma participativa, conforme identificamos na metodologia de elaboração.

Os problemas e potencialidades diagnosticados estão organizados em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Destacamos que estão apresentados todos os problemas e potencialidades do município. Desta forma, este diagnóstico possibilita pensar ações em outras áreas e para além da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Meio Ambiente
<ul style="list-style-type: none">• Problemas<ul style="list-style-type: none">-Coleta de lixo no meio rural.-Poluição dos rios.-Desmatamento.-Faltam fossas sépticas.-Falta coleta de embalagens de agrotóxicos.-Falta reflorestamento.-Falta consciência ambiental.-Falta programa municipal para utilização de caixa secas.-Falta viveiro municipal ou regional para produção de mudas nativas.• Potencialidades<ul style="list-style-type: none">-Nível de conscientização ambiental está melhorando..-Coleta de lixo em algumas comunidades.-Terra fértil.-Água em abundância e de boa qualidade.-Clima que favorece o cultivo de várias espécies.-Belezas naturais.

Econômico/ Produtivo

• Problemas

- Faltam barracas para atender melhor o consumidor (feirantes)
- Vale verde com valor defasado
- Estradas ruins no período chuvoso (falta conservação)
- Assistência Técnica insuficiente
- Monocultura do café
- Baixo volume de café de qualidade
- Selo de inspeção municipal
- Baixo preço do café
- Maquinas da prefeitura (retro escavadeira) com muita dificuldade

• Potencialidades

- Cafeicultura presente em todas as comunidades
- Floricultura já implantada no município
- Diversificação se iniciando no município
- Assistência técnica e apoio do Incaper/Secretaria de Agricultura
- Crédito Rural abundante (Pronaf)
- Apoio do estado (descascador de café e resfriador de leite)
- Despolpadores de café (Pronaf) instalados em comunidades estratégicas
- Federação de associações comunitárias (FACI) .

Social

• Problema

- Faltam áreas de lazer
- Faltam máquinas para atendimento aos agricultores
- Sinal de celular não cobre todas as comunidades
- Abrigos em pontos de ônibus
- Falta de segurança
- Falta de creches e escolas no meio rural
- Loteamentos irregulares
- Falta presença do poder público.

• Potencialidades

- Tranquilidade e convivência ótima
- Associações de agricultores nas comunidades
- Construção de campos de futebol nas comunidades
- Assistência técnica e apoio do Incaper/secretaria de agricultura e prefeitura
- Transporte escolar
- Agentes de saúde
- Comunidades unidas
- Cooperativismo
- Comunidades bem localizadas.

3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATER DO ELDR

As ações planejadas pelo ELDR foram formatadas com a efetiva participação dos agricultores, suas instituições de representação, técnicos e gestores públicos. Estes sujeitos participaram não só do diagnóstico como do planejamento em si, apontando as prioridades e as ações que identificaram como fundamentais.

Além da prospecção das demandas levantadas com os agricultores, o Proater também está alicerçado nos programas do Governo do Estado, coordenados pelo Incaper e pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

A tabela a seguir é um quadro resumo das principais ações/atividades a serem desenvolvidas pelo ELDR no ano de 2011.

Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES DE ATER – 2011

lúna

Público Assistido	Nº Pessoas Assistidas
Agricultores Familiares	490
Assentados	100
Quilombolas	
Indígenas	
Pescadores	
Outros Agricultores	10
Outros Públicos	50
Somatório	650

Crédito Rural	Nº
Projeto Elaborado	10
Projeto Contratado	10
Mercado e Comercialização	Nº
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	-
Inclusão/Apoio a feiras	1
Inclusão/Apoio outros mercados	1
Organização e gestão da comercialização	-

TABELA – Resumo da programação por atividade

ATIVIDADES	INDICADORES																		
	Nº Pessoas Assistidas	Contato	Visita	Reunião	Demonstração de Método	Encontro	Curso	Dia de Campo	Dia Especial	Excursão	Demonstração de Resultado	Unidade Demostrativa	Unidade de Observação	Seminário	Diagnóstico Rápido Participativo	Oficina	Elaboração de Projetos	Apoio a Eventos	Outros
Café Arábica	600	50	150	15	20	1	4	0	1	10	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Café Conilon	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fruticultura	16	19	19	1	-	-	-	-	-	6	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Olericultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Alimentares	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura	20	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	10	10	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades Rurais Não Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agroecologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Social		39	-	22	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-
Somatório	654	136	197	39	20	1	5	0	1	16	0	3	0	0	0	1	5	0	0

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GAZETA. **Espírito Santo**: anuário 2009. Vitória: A Gazeta, 2009. 292p. 1 CD-ROM
- AGENCIA 21. **Plano de desenvolvimento sustentável**: programa Vale Mais – Caparaó capixaba 2006-2026. Rio de Janeiro: Agência 21, 2006. 128p.
- ANDALUZ & ASSOCIADOS CONSULTORIA LTDA. **Plano diretor municipal da região do Caparaó**: município de Lúna. Guaçui, ES: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó (Consórcio Caparaó-ES)/Andaluz & associados consultoria Ltda., 2007. 221p.
- ARCELORMITTAL. Eucalipto: oportunidade de negócios. IN: 1º SIMPÓSIO REGIONAL DO EUCALIPTO. 2009, Ipanema, MG. **Apresentação eletrônica**. Ipanema, MG: ArcelorMittal BioEnergia Ltda, 2009. 108 slides.
- ATLAS DE ECOSSISTEMAS DO ESPÍRITO SANTO (ATLAS). Vitória, ES: SEAMA; Viçosa, MG: UFV, 2008. 504p. il.
- BAPTISTA, R.B. **Vegetação ciliar**: ecossistema estratégico para gestão dos recursos hídricos em regiões montanhosas do Estado do Espírito Santo. Lavras, MG: 2008, 60p. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Sistemas Agrícolas) Universidade Federal de Lavras, 2008.
- BARBOSA, F.A.R; PAULA, J.A. DE; MONTE-MÓR, R.L. DE M. A bacia hidrográfica como unidade de análise e realidade de integração disciplinar. In: PAULA, J.A. DE (coord.). Biodiversidade, população e economia: uma região da mata atlântica. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997. p. 257-270.
- CASTRO, L.L.F. DE (coord.). **Manejo e gestão dos recursos da terra em de bacias hidrográficas**: unidade territorial para a promoção do desenvolvimento rural. Domingos Martins, ES: INCAPER, 2006. (Projeto de P&D – INCAPER).
- CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES (CONFERÊNCIA). **1ª. Conferência Estadual das Cidades**, Vitória 11 a 12 de setembro de 2003. Vitória: IPES, 2003. 85p.

- ESPÍRITO SANTO Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento florestal do Estado do Espírito Santo**: proteção de nascentes “olhos d’água”. Vitória: Governo do Estado/Secretaria de Estado da Agricultura/Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2003b. (digitado).
- ESPÍRITO SANTO Governo do Estado. Um novo Espírito Santo: orientações estratégicas de governo. Gestão 2003-2006. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2003a.
- ESPÍRITO SANTO Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura**: movimento PEDEAG 2007-2025. Vitória: SEAG, 2008. 284p. Il; color.
- ESPÍRITO SANTO Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. **Espírito Santo 2025**: plano de desenvolvimento. Vitória: SEPLAN, 2006. 156p. Il; color.
-
- FEITOZA, L. R. et al. **Mapa das unidades naturais do Estado do Espírito Santo**. Vitória-ES: EMCAPA; Viçosa-MG: UFV; Norwich-RU: Eastia Anglia University; Brasília-DF: SAE; Rio de Janeiro: PRÓ-NATURA. Escala 1:400.000, a cores. 1999.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.
- IJSN - **Instituto Jones dos Santos Neves**.
- INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**.
- MDA/CONDRAF. **Plenária Nacional de desenvolvimento rural sustentável**: documento-base. Brasília: MDA/CONDRAF, 2005. 44p.
- REZENDE, S.B. (coord.). **Perspectivas para o desenvolvimento florestal nas bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos; Vitória, ES:
- Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu/EMCAPA; Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 1994, 48p: il.